



DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº , DE 19 DE ABRIL DE 2023.

Aprova a alteração no Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.770, de 22 de março de 2022, que aprova a implantação da unidade de Serviço de Verificação de Óbitos-SVO, com gestão da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Belo Horizonte e dá outras providências.

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais - CIB-SUS/MG, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 14-A da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e o art. 32 do Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011 e considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;
- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;
- a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que regulamenta os serviços notariais e de registros;
- a Lei Federal 11.976, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre a Declaração de Óbito e a realização de estatísticas de óbitos em hospitais públicos e privados;
- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;
- a Lei nº. 13.484, de 26 de setembro de 2017, que altera a Lei nº. 6.015/73, a qual dispõe sobre os Registros Públicos, e que corrigiu a Lei nº. 6.216 de 30/06/75, no artigo 77, que preconiza “Nenhum sepultamento será feito sem certidão do oficial de registro do lugar do falecimento ou do lugar de residência do de cujus, quando o falecimento ocorrer em local diverso do seu domicílio, extraída após a lavratura do assento de óbito, em vista do atestado médico, se houver no lugar, ou em



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

casocontrário, de duas pessoas qualificadas que tenham presenciado, ou certificado a morte”;

- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;

- o Decreto Estadual nº 45.242, de 11 de dezembro de 2009, que regulamenta a gestão de material, no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo;

- o Decreto Estadual nº 46.467, de 28 de março de 2014, que dispõe sobre a gestão de imóveis patrimoniais no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional;

- a Portaria GM/MS nº 1.405, de 29 de junho de 2006, que institui a Rede Nacional de Serviço de Verificação de Óbito e Esclarecimento da Causa Morte (SVO) – revogada pela Portaria GM/MS nº 1.764, de 29 de julho de 2021;

- a Portaria nº 116, de 11 de fevereiro de 2009, que regulamenta a coleta de dados, fluxos e periodicidade de envio das informações sobre óbitos e nascidos vivos para o Sistema de Informação em Saúde sob a gestão do SUS;

- a Portaria GM/MS nº 1.378, de 9 de julho de 2013, que regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária;

- as Portarias De Consolidação/GM-MS Nº 1; Nº 2; Nº 3; Nº 4; Nº 5; Nº 6, de 28 de setembro de 2017;

- regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária;

- a Portaria nº 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº. 06/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e transferência dos recursos federais para as ações e serviços públicos de saúde do SUS;

- a Portaria GM/MS nº 1.764, de 29 de julho de 2021, que atualiza a Rede Nacional de Serviço de Verificação de Óbito, e revoga a Portaria GM/MS nº 1.405, de 2006;

- a Portaria GM/MS nº 1.802, de 03 de agosto de 2021, institui a Rede de Vigilância, Alerta e Resposta às Emergências em Saúde Pública do Sistema único de Saúde (Rede VIGIAR-SUS), no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica;

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 391, de 18 de outubro de 2007, que dispõe sobre a implantação da Rede Macrorregional de Serviço de Verificação de Óbitos- SVO do Estado de Minas Gerais,



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

nos termos da minuta de Resolução da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais/SES;

- a Resolução SES/MG nº 1.318, de 23 de outubro de 2007, que implanta a Rede Macrorregional de Serviço de Verificação de Óbitos - SVO do Estado de Minas Gerais - revogadas pela Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.208, de 19 de agosto de 2020;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 1.979, de 18 de novembro de 2014, que aprova o ajuste do Plano Diretor de Regionalização – PDR-SUS/MG 2014;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.208, de 19 de agosto de 2020, aprova, em caráter excepcional e emergencial, a Política de Vigilância do Óbito (PVO) para compor o Plano de Contingência de Óbitos, como medida de apoio ao enfrentamento da pandemia da Doença causada pelo novo Coronavírus (COVID-19), no Estado de Minas Gerais;
- a Resolução CFM nº 1627/2001; define o ato profissional de médico como todo procedimento técnico-profissional praticado por médico legalmente habilitado;
- a Resolução CFM nº 1641 / 2002; veda a emissão, pelo médico, de Declaração de Óbito nos casos em que houve atuação de profissional não-médico e dá outras providências;
- a Resolução CFM nº 1779/2005; regulamenta a responsabilidade médica no fornecimento da Declaração de Óbito. Revoga a Resolução CFM n. 1601/2000;
- a Resolução CFM nº 1823/2007; Disciplina responsabilidades dos médicos em relação aos procedimentos diagnósticos de Anatomia Patológica e Citopatologia e cria normas técnicas para a conservação e transporte de material biológico em relação a esses procedimentos;
- a Resolução SES/MG nº 2.734, de 04 de abril de 2011, que institui a Comissão Técnica Permanente encarregada de acompanhar a implantação da Rede Macrorregional de Serviço de Verificação de Óbitos – RSVO;
- a Resolução SES/MG nº. 4.798, de 29 de maio de 2015, que institui Regulamento Técnico que disciplina as condições mínimas para instalação, funcionamento e licenciamento de estabelecimentos prestadores de serviços funerários e congêneres, públicos ou privados, no Estado de Minas Gerais;
- a Resolução CFM nº. 2.139/2016, que altera o artigo 23 da Resolução CFM nº. 2.110/2014, e revogaa Resolução CFM nº. 2.132/2015;
- a Resolução SES/MG nº 6.701/2019; altera a definição 8, do item 3, do Anexo I da Resolução SES/MG nº 4.798, de 29 de maio de 2015, que institui Regulamento Técnico que disciplina as condições mínimas para instalação, funcionamento e licenciamento de estabelecimentos prestadores de serviços funerários e congêneres, públicos ou privados, no Estado de Minas Gerais;
- a necessidade de prorrogação do prazo de vigência da resolução e alteração da composição do Conselho Gestor do Serviço de Verificação de Óbitos – SVO;

MINUTA CIB



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

- a necessidade de inserção de representantes das Unidades Regionais de Saúde que compõem a Macrorregião Centro de Saúde, abrangência da unidade do SVO/BH-MG implantado; e
- a aprovação da CIB-SUS/MG em sua 295ª Reunião Ordinária, ocorrida em 19 de abril de 2023.

DELIBERA:

Art. 1º - Fica aprovada a alteração no Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.770, de 22 de março de 2022, que aprova a implantação da unidade de Serviço de Verificação de Óbitos-SVO, com gestão da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Belo Horizonte e dá outras providências, nos termos do Anexo Único desta Deliberação..

Art. 2º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 19 de abril de 2023.

FÁBIO BACCHERETTI VITOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE E
COORDENADOR DA CIB-SUS/MG

ANEXO ÚNICO DA DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº , DE 19 DE ABRIL DE 2023
(disponível no sítio eletrônico www.saude.mg.gov.br/cib).

MINUTA CIB



RESOLUÇÃO SES/MG Nº , DE 19 DE ABRIL DE 2023.

Altera a Resolução SES/MG nº 8.070, de 22 de março de 2023, que dispõe sobre a implantação da unidade de Serviço de Verificação de Óbitos - SVO, com gestão da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Belo Horizonte e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 93, § 1º, da Constituição Estadual, e os incisos I e II, do artigo 46, da Lei Estadual nº 23.304, de 30 de maio de 2019 e, considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art.198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências; e

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº , de 19 de abril de 2023, que aprova a alteração no Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.770, de 22 de março de 2022, que aprova a implantação da unidade de Serviço de Verificação de Óbitos-SVO, com gestão da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Belo Horizonte e dá outras providências.



RESOLVE:

Art. 1º - Alterar o inciso I do artigo 7º da Resolução SES/MG nº 8.070, de 22 de março de 2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º- Fica instituído o Conselho Gestor do Serviço de Verificação de óbito (SVO), composto por:

I - representantes indicados pela SES/MG:

(...)

f) representante e suplente das Unidades Regionais de Saúde (URS) de Belo Horizonte, Diamantina, Itabira e Sete Lagoas, que compõe a área de abrangência de atuação do SVO/BH-MG.”(nr)

Art. 2º - Alterar o artigo 11º, § 3º da Resolução SES/MG nº 8.070, de 22 de março de 2022, que passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 11- [...]

§ 3º - A vigência desta Resolução, assim como o período para execução dos recursos financeiros será até o dia 30/04/2024, podendo ser prorrogada posteriormente por meio de nova pactuação em CIB.”

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 19 de abril de 2023.

FÁBIO BACCHERETTI VITOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE

MINUTA CIB